

## DELIBERAÇÃO CGAI Nº 004/2024

### DADOS GERAIS DE IDENTIFICAÇÃO DA DECISÃO

**Origem:** Portal da Transparência - 2º Recurso do PAI nº 2024001360116009990

**Data de Protocolo:** 22/02/2024

**Data do 1º Recurso:** 03/04/2024

**Data do 2º Recurso:** 22/04/2024

**Reunião do CGAI para discutir a matéria:** 14/05/2024

**Órgão:** Secretaria de Governo e Participação Social.

**Decisão do CGAI:** Negando acesso

**Alegação do requerente:** Ausência da Informação

**Provisionamento do recurso:** Recurso improvido

**Relator:** Secretaria De Planejamento, Gestão e Transformação Digital

**Presidente:** Rodrigo Brayner Dhalia

O Comitê Gestor de Acesso à Informação – CGAI, no uso de suas atribuições, analisou o 2º Recurso do pedido de acesso à informação nº 2024001460116000051, direcionado à Secretaria De Planejamento, Gestão e Transformação Digital e redirecionado a Secretaria De Governo e Participação Social.

### Histórico

A requerente, em 22 de fevereiro de 2024, protocolou o seguinte requerimento:

*“Bom dia, solicito o quantitativo de funcionários terceirizados contratados por toda a administração municipal do Recife - administração direta e indireta - no mês de janeiro de 2024, incluindo todas as modalidades - locação de mão de obra (apoio administrativo, técnico e operacional, limpeza e conservação, vigilância ostensiva, manutenção e conservação de bens imóveis, serviços de copa e cozinha, serviços de apoio social e hospitalar, serviços de digitadores, serviços de recepcionistas, serviços de condutores de veículos, serviços de apoio à vigilância ambiental, serviços de trânsito, etc.). Solicito a listagem por unidade gestora. Também solicito esse histórico em relação a 2020, 2021, 2022 e 2023 (mesmo mês: janeiro).” (Sic)*

No dia 03 de abril de 2024, a Autoridade de Transparência Passiva da Secretaria De Governo E Participação Social inseriu a seguinte resposta:

*“Resposta da solicitação: Prezados, Inicialmente cabe destacar que a Administração Pública sempre se empenha para atender os pedidos de acesso à Informação com respaldo na transparência e no princípio da Publicidade. Por outro lado, o Decreto nº 28.527/2015, que regulamenta a Lei Municipal nº 17.866/2013, que trata do acesso à informação no Município do Recife, reconheceu, em seu artigo 13, que há situações fáticas em que o acesso à informação não será atendido, dentre elas quando os pedidos “que exijam trabalho excessivo de análise ou de consolidação de dados e informações”, o que ocorre no presente caso. Por esse motivo, não será possível responder a sua solicitação. ” (Sic)*

No dia 15 de abril de 2024, a requerente, em grau de 1º recurso, fez a seguinte solicitação:

*“Boa noite, a justificativa não se sustenta pois deve de amplo acesso interno (deveria, por obrigação) da administração municipal o quantitativo de funcionários terceirizados contratados por toda a administração municipal do Recife - administração direta e indireta - no mês de janeiro de 2024. Reitero a solicitação.” (Sic)*

Como resposta ao primeiro recurso, no dia 22 de abril de 2024, a Autoridade do Secretaria De Governo E Participação Social forneceu a seguinte informação:

*“Prezado, Ratificamos a resposta apresentada anteriormente ao pedido de informação, com base no artigo 13 do Decreto nº 28.527/2015, que regulamenta a Lei Municipal nº 17.866/2013, fica observado que há situações fáticas em que o acesso à informação não será atendido, dentre elas quando os pedidos "que exijam trabalho excessivo de análise ou de consolidação de dados e informações", o que ocorre no presente caso. Por esse motivo, não será possível responder a sua solicitação. “ (Sic)*

No dia 22 de abril de 2024, a requerente entrou com um recurso em segunda instância, alegando o seguinte:

*“Reitero a solicitação haja vista se tratar de dado público e de fácil acesso: qual é quantitativo de funcionários terceirizados contratados por toda a administração municipal do Recife - administração direta e indireta - no mês de janeiro de 2024?” (Sic)*

É o que importa relatar.

### **Análise da Admissibilidade do Recurso:**

O recurso foi interposto dentro do prazo legal de 10 dias contados do primeiro dia útil após a ciência da decisão (Lei n.º 17.866, de 15 de maio de 2013, art. 14), sendo, dessa forma, tempestivo. O recorrente utilizou-se do recurso conferido pelo artigo 15 do Decreto nº 28.527, de 16 de janeiro de 2015, não havendo supressão de instância.

De outra parte, cabe esclarecer que os recursos sobre os quais este Comitê Gestor de Acesso à Informação (CGAI) tem competência para se pronunciar devem guardar aderência com uma das hipóteses descritas no artigo 5º da Lei n.º 17.866, de 2013:

#### ***Art. 5º Compete ao CGAI:***

*I - Decidir os recursos em virtude do indeferimento de requerimento de acesso às informações;*

*II - Opinar sobre a modificação da classificação de informações de natureza sigilosa;*

*III - Decidir acerca dos pedidos de credenciamento para fins de acesso a informações sigilosas e da divulgação de informações de natureza pessoal.*

*IV - Analisar a cada 4 (quatro) anos as informações classificadas sigilosas, podendo efetuar a reclassificação das mesmas.*

*§ 1º O CGAI decidirá por maioria simples, presentes, no mínimo, 4 (quatro) representantes.*

*§ 2º Caberá voto de qualidade ao representante da Controladoria Geral do Município em caso de empate na votação.*

*§ 3º O disposto no inciso IV não impede que a CGAI, a qualquer tempo, efetue a reavaliação.*

*§ 4º Regulamento disporá sobre o funcionamento da CGAI.*

**Art. 18.** *O recurso ao CGAI é aplicável nas hipóteses de falta de resposta, indeferimento ou outra decisão limitadora do acesso a documentos administrativos, devendo ser realizado no sistema do Portal da Transparência.*

Os dispositivos acima foram regulamentados pelo Art. 5º do Decreto n.º 28.527, de 16 de janeiro de 2015, transcrito abaixo:

#### ***Art. 5º Compete ao CGAI:***

*I - Apreciar em grau de recurso as decisões prolatadas pela autoridade hierarquicamente superior;*

*II - opinar sobre a modificação da classificação de informações de natureza sigilosa;*

*III - decidir acerca dos pedidos de credenciamento para fins de acesso a informações sigilosas e de divulgação de informações de natureza pessoal;*

*IV - analisar a cada 04 (quatro) anos as informações classificadas como sigilosas, podendo efetuar a reclassificação das mesmas.*

A regulamentação também consta nos artigos 17, 18 e 19 do Regimento Interno do CGAI, constante do anexo único da Resolução nº 001, de 19 de agosto de 2015. Transcrevem-se os dispositivos:

**Art. 17.** *Em caso de negativa de acesso à informação, nos termos do art. 14 da Lei n.º 17.866, de 2013, o requerente poderá apresentar, no prazo de 10 (dez) dias contado da ciência da decisão, recurso ao CGAI.*

*Parágrafo único. Será inadmitido o recurso interposto:*

*I - fora do prazo;*

*II - fora das competências do Comitê; ou*

*III - por quem não seja legitimado.*

*Art. 18. O recurso ao CGAI é aplicável nas hipóteses de falta de resposta, indeferimento ou outra decisão limitadora do acesso a documentos administrativos, devendo ser realizado no sistema do Portal da Transparência.*

*Art. 19. Quando do julgamento de recurso contra decisão de autoridade hierarquicamente superior, deverá o CGAI notificá-la, indicando as providências a serem adotadas.*

*Parágrafo único. A decisão do CGAI vincula todos os órgãos e entidades da Administração Pública Municipal que se sujeitam à Lei nº 17.866, de 2013, sem prejuízo do disposto no Decreto n.º 14.583, 29 de dezembro de 1988.*

### **Decisão:**

Considerando o Art.13º do Decreto nº 28.527/2015 que regulamenta a Lei nº 17.866/2013, que disciplina o acesso às informações públicas e regulamenta as restrições às informações sigilosas no âmbito do Poder Executivo Municipal, que dispõe que: “que há situações fáticas em que o acesso à informação não será atendido, dentre elas quando os pedidos "que exijam trabalho excessivo de análise ou de consolidação de dados e informações”

Considerando o Art 4º do Regimento Interno do Comitê Gestor de Acesso à Informação - CGAI (Resolução nº 001, de 19 de agosto de 2015), que diz que, dentre as atribuições do presidente deste CGAI, está a função de decidir sobre questões incidentes e, seguindo sempre o que preceitua a Lei de Acesso à Informação.

Diante do exposto, entende-se que o pedido exige trabalho excessivo da administração, não havendo o que discutir no âmbito deste Comitê.

### **Providências**

Dê-se ciência ao requerente e à Secretaria De Governo e Participação Social, através do Portal da Transparência.

### **DECISÃO COLEGIADA**

<b>Rodrigo Brayner Dhalia</b> Presidente em exercício do CGAI	
<b>Ingrid Bárbara da Silva Rabelo</b> Membro suplente representante da SEFIN	

<p><b>Carla Monique Chagas Pereira</b> Membro suplente da SEPLAGTD</p>	 <p>ASSINADO DIGITALMENTE POR CARLA MONIQUE CHAGAS PEREIRA CPF: ***.549.674-27 DATA: 14/05/2024 18:49 LOCAL: RECIFE - PE CODIGO: bff3528c-64a9-4f78-8b7b-4454b41c10f5 REGULADO PELO DECRETO MUNICIPAL N° 33.682 de 25/05/2020 (RECIFE-PE)</p>
<p><b>Clovis Farias do Monte Junior</b> Membro suplente da EMPREL</p>	<p>Documento assinado digitalmente</p>  <p>CLOVIS FARIAS DO MONTE JUNIOR Data: 17/05/2024 11:38:31-0300 Verifique em <a href="https://validar.iti.gov.br">https://validar.iti.gov.br</a></p>
<p><b>Juliana Villar Limeira</b> Membro representante da PGM</p>	
<p><b>Andreza Cavalcanti Cabral</b> Membro representante da SEGOV</p>	<p>Documento assinado digitalmente</p>  <p>ANDREZA DE MENDONCA CAVALCANTI CABRAL Data: 16/05/2024 15:38:05-0300 Verifique em <a href="https://validar.iti.gov.br">https://validar.iti.gov.br</a></p>
<p><b>Adilneide Luna de Andrade</b> Membro representante da EMPREL</p>	
<p><b>Carmen Sofia Carvalho do Nascimento</b> Membro suplente da CGM</p>	